

INTERESSADO: Companhia Energética São José. – Processo SMA 13.544/2007**ASSUNTO: Atendimento ao MEMO CPRN/DAIA Nº1403/2007 Ampliação da
Unidade Industrial da Companhia Energética São José, Município de Colina - SP.**CPRN
DAIA
Fls. nº 355
Jack
VISTO**1 – INTRODUÇÃO**

O DAIA, por meio do MEMO CPRN/DAIA/1.403/2007, de 28 de setembro de 2007, solicita a colaboração dos setores de Qualidade de Águas Subterrâneas e de Qualidade do Solo e Vegetação na avaliação dos aspectos de qualidade das águas subterrâneas, das áreas destinadas a fertirrigação e de disposição de resíduos e vinhaça no solo do empreendimento COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO JOSÉ, Município de Colina – SP, processo SMA 13.544/2007, sobre ampliação do Setor Produtivo, em especial analisar os dados de monitoramento da disposição que já vem sendo praticada e a proposta futura de disposição.

Para essa avaliação, foi encaminhado uma via do documento Requisição De Informações Complementares do EIA, uma via digital do documento Requisição De Informações Complementares do EIA e uma via digital do EIA.

2 – ANÁLISE**2.1 – Solo**

O interessado apresentou os “ Resultados Físico-químicos do Solo” em mg/Kg, no horizonte de 0,8 a 1,0 m e no horizonte de 1,2 a 2,0 m (fls. 57 6 59, Documento Relatório de Informações Complementares – EIA RIMA).

A Norma CETESB P4.231 determina que as amostras de solo devam ser analisadas em laboratório integrado ao Instituto Agrônomo – IAC e determinados os seguintes parâmetros:

- Al – alumínio trocável;
- Ca – cálcio;
- Mg – magnésio;
- Na – sódio;
- SO₄ – sulfato;
- Hidrogênio dissociável;
- K – potássio;
- Matéria orgânica;
- CTC- Capacidade de Troca Catiônica;
- PH – potencial hidrogeniônico;
- V% - saturação de bases.

As amostras de solo deverão ser coletadas com trado, de maneira contínua, até a profundidade de 0, 80 metros, como estabelecido no item 7.1.1 da Norma CETESB P4.231/dez./06.

Portanto, para a avaliação da qualidade do solo, o interessado deverá apresentar laudos de fertilidade de solo das áreas passíveis de fertirrigação de vinhaça, assinados por responsável técnico, como determina a Norma CETESB P4.231/dez./06.

Na fl.35 do Documento Relatório de Informações Complementares EIA RIMA, consta que será feita a fertirrigação com vinhaça em área de 5.590 ha, com taxa de aplicação de 172 m³/ha. Consta também que a área de irrigação com águas residuárias é de 752 ha e o volume produzido passará de 613.008 m³ por safra para 910.215 m³ por safra após a ampliação.

O interessado deverá apresentar o Plano de Aplicação de Vinhaça no solo com memorial descritivo da prática de aplicação pretendida, acompanhado de planta na escala de 1:20.000, ou superior, contendo as taxas indicativas de dosagem a serem aplicadas, em m³/ha, diferenciadas em cores, com intervalos de aplicação a cada 150m³/ha (Norma CETESB P4.231, item 6).

Na fl.36 do Documento Relatório de Informações Complementares EIA RIMA consta que "parte da vinhaça será transportada por caminhões, e serão beneficiadas algumas áreas de fornecedores".

No Anexo 2 – Sistema de Fertirrigação Futuro, do Documento Relatório de Informações Complementares EIA RIMA, não distingue quais são as áreas próprias da Usina das áreas arrendadas.

De acordo com o Decreto N.º 4.954, de 14 de janeiro de 2004, Art. 16, "*Não estará sujeito ao registro a material secundário obtido em processo industrial, que contenha nutrientes de plantas e cujas especificações e garantias mínimas não atendam às normas deste Regulamento e de atos administrativos próprios.*"

" § 1º Para a sua comercialização, será necessário autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, devendo o requerente apresentar pareceres conclusivos do órgão de meio ambiente e de uma instituição oficial ou credenciada de pesquisa sobre a viabilidade de seu uso, respectivamente em termos ambiental e agrícola.

§ 2º - Para sua utilização como matéria prima na utilização dos produtos especificados neste regulamento, deverão atendidas as especificações de qualidade determinadas pelo órgão ambiental;

§ 3º - O material especificado no caput deste artigo deverá ser comercializado com o nome usual de origem, informando-se as garantias, recomendações e precauções de uso e aplicação, sendo que a autorização para comercialização será expedida unicamente pelo órgão central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento".

Segundo o Inciso II do Artigo 2º desse Regulamento, comércio é considerado como *“atividade que consiste na compra, venda, cessão, empréstimo ou permuta de fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes e matérias primas”*.

Portanto, para a utilização de vinhaça em áreas arrendadas, o interessado deverá solicitar autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

2.2 – Águas Subterrâneas

O DAIA exigiu ao interessado “apresentar mapa potenciométrico e dados qualitativos das águas subterrâneas em todas as áreas destinadas à fertirrigação, tanto para situação atual como futura”. Essa exigência não foi atendida e o interessado solicita que a entrega do mapa potenciométrico e o levantamento da qualidade das águas subterrâneas seja realizada quando do pedido de Licença de Operação, o que entende-se viável.

O interessado propõe também instalar poços de monitoramento e piezômetros, com medição mensal do nível d’água e coleta trimestral de amostras de água para determinações analíticas. Sugere-se que os relatórios de acompanhamento sejam anuais, e não trimestrais conforme proposto pelo interessado.

Outra exigência do DAIA foi “Apresentar a caracterização da qualidade da água subterrânea na área de produção agrícola (áreas já plantadas e especialmente nas áreas de expansão). Deverão ser amostradas cacimbas, nascentes, rios, entre outros”.

Em atendimento a essa exigência, o interessado apresentou resultados de monitoramento de águas superficiais, coletadas no Ribeirão do Turvo e córrego do Turvinho. Ressalta-se o aumento de potássio e cálcio nas amostras coletadas a jusante da área de aplicação. Entretanto não é possível inferir sobre a qualidade da água subterrânea nas áreas de aplicação. Além disso, não foram anexados os respectivos boletins analíticos, impedindo a análise dos dados apresentados.

3 - CONSIDERAÇÕES

A falta dos boletins de análise de fertilidade impossibilita a avaliação da qualidade de solo das áreas de aplicação de vinhaça.

Os resultados de amostras de água coletadas em corpos hídricos superficiais não permitem inferir sobre a qualidade da água subterrânea nas áreas de aplicação de vinhaça. Também não foram apresentados boletins analíticos dessas amostras.



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº
14/2007/ESSE/ESSS


Data: 01.11.2007

CPRM
DAIA
Fls. nº 35
VISTO

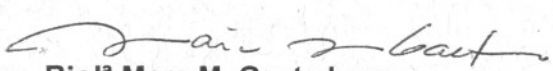
Pelo exposto, sugerem-se ao DAIA, para a continuidade do Licenciamento Ambiental, as seguintes exigências técnicas a serem formuladas ao interessado:

- Apresentar aprovação do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, para aplicação de efluentes e resíduos sólidos no solo agrícola em áreas de terceiros, de acordo com o Decreto Federal nº 4954, de 14 de janeiro de 2004;
- Apresentar análise de fertilidade do solo, assinada por responsável técnico, de acordo com a Norma CETESB P4.231, Dez/2006, item 6.1.2;
- Comprovar, por meio de sondagens, o atendimento ao item 5.1.8 da Norma CETESB P4231, Dez/2006, no mínimo nas áreas de aplicação próximas a corpos hídricos superficiais;
- Selecionar áreas de aplicação de vinhaça para o monitoramento da água subterrânea, considerando o nível d'água, a litologia e os diferentes tempos de aplicação; e
- Apresentar análise química das águas residuárias que serão acrescidas a vinhaça.


Engª Agrª Isabella Correa Silva
Reg. 12032
CREA: 0601184037


Engº Agrº Claudio Luiz Dias
Gerente do Setor de Qualidade de Águas
Subterrâneas
Reg. 5430 CREA 500.100/D

De acordo,


Biolª Mara M. Gaeta Lemos
Gerente do Setor de Qualidade de
Solo e Vegetação
Reg. 4890 CRBio: 03259/86